

## Avaliação de policial tem emenda

O policial que apresentar desvio psicológico em decorrência do serviço não poderá ser demitido, caso seja acatada emenda nesse sentido apresentada pelo senador Romero Jucá. A alteração, que deverá ser examinada pela Comissão de Justiça do Senado, foi apresentada ao projeto que torna obrigatória a avaliação psicológica dos policiais. A Comissão de Educação, por sua vez, analisará emenda da senadora Emília Fernandes ao projeto que torna obrigatório o ensino de espanhol nas escolas de ensino médio.

PÁGINA 2

## Um ano de muito trabalho

Reforma administrativa, elevação das penas para os falsificadores de medicamentos, regulamentação dos planos de saúde e criação do contrato temporário de trabalho foram algumas das matérias importantes aprovadas pelo Senado desde o dia 6 de janeiro deste ano. Do total de 322 matérias votadas, 264 foram aprovadas.

PÁGINA 8

**322**

matérias apreciadas, de janeiro até agora

**5**

emendas constitucionais aprovadas, entre elas a da Reforma Administrativa

# CCJ aprova novas normas para saneamento básico

Projeto do senador licenciado José Serra, que irá agora a plenário, busca mais eficiência na atuação do poder público e estabelece também regras para a concessão dos serviços



O senador Josaphat Marinho (na foto, com o senador Djalma Bessa) foi o relator da proposta na CCJ

Projeto estabelecendo normas para a atuação da União, estados, municípios e Distrito Federal na execução de serviços públicos de saneamento foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta, de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), era terminativa na comissão, mas, a pedido do relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), será apreciada pelo plenário. Segundo Serra, as novas regras permitirão mais eficiência nas ações de saneamento básico.

PÁGINA 4

## Cabral propõe ação contra o mercúrio

O senador Bernardo Cabral pede ação do governo para reduzir o problema da contaminação dos rios amazônicos pela descarga de mercúrio utilizado na mineração do ouro. Ele considera necessária a reeducação dos garimpeiros.

PÁGINA 5

## CEI quer relações com Mercosul

Representantes da CEI, antiga União Soviética, discutem com a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul idéias para reforçar as relações entre os dois blocos econômicos. A comitiva da CEI foi recebida pelo senador Lúdio Coelho.

PÁGINA 4

## ACM pede união contra crise e admite negociar medidas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a "união patriótica, acima das correntes políticas", para a rápida superação dos problemas econômicos. Com esse objetivo, admitiu a possibilidade de inclusão do imposto sobre grandes fortunas entre as medidas destinadas a enfrentar a crise, se isso for

necessário como parte da negociação para garantir apoio da oposição ao restante das propostas. "Esse assunto deveria ser examinado mais adiante, porque em alguns países não deu certo, mas se for uma reivindicação das oposições, teremos que negociar", afirmou.

PÁGINA 3



O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Fernando Bezerra, e diretores da entidade, fizeram ontem um apelo a ACM para a rápida apreciação da reforma tributária

## Lauro Campos considera deflação "sinal de crise"

"Deflação é sinal de crise", disse o senador Lauro Campos (PT-DF), em entrevista. Para ele, inflação negativa indica perda de receita e diminuição da atividade econômica, não havendo, portanto, motivos para comemorar. "A repetição dos índices negativos, se houver, representará aumento da recessão e do desemprego no país", acrescentou.



Lauro alerta para aumento de desemprego

O senador pelo DF citou a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) caiu em 11 capitais do país. "A maior deflação aconteceu no Recife, onde a queda chegou a 1,5%. Porto Alegre teve a menor variação, com queda de 0,6%. Ao contrário do que se poderia supor, essas não são boas notícias", assinalou.

Segundo Lauro Campos, com deflação, a receita tributária do governo cai. "Isto acontece porque a atividade econômica diminui, o emprego se reduz porque as vendas diminuem seu volume e as falências e concordatas crescem nesse período", enfatizou, alertando para o fato de que a repetição dos índices negativos significará "mais recessão e desemprego".

Segundo Lauro Campos, com deflação, a receita tributária do governo cai. "Isto acontece porque a atividade econômica diminui, o emprego se reduz porque as vendas diminuem seu volume e as falências e concordatas crescem nesse período", enfatizou, alertando para o fato de que a repetição dos índices negativos significará "mais recessão e desemprego".

### REFORMAS

O senador criticou as alterações propostas pelo governo na Constituição federal. Segundo o senador, as mudanças "não passam de adequação do texto constitucional aos interesses do Fundo Monetário Internacional e do governo dos Estados Unidos". De acordo com Lauro Campos, o processo de globalização "nada mais é do que um engodo".

## Jucá quer evitar demissão por avaliação psicológica

Senador lembra estresse experimentado por policiais e bombeiros ao apresentar emenda que será analisada pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa emenda de plenário do senador Romero Jucá (PFL-RR) ao projeto que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros. A emenda determina que o servidor só seja demitido quando o exame houver sido realizado antes do estágio probatório, e apenas se não houver relação de causa e efeito entre a do-



Jucá pretende proteger policiais e bombeiros

ença e o exercício da profissão. O senador argumenta que a profissão de policial é "a mais estressante do mundo" e que, portanto, não seria correto punir quem ingressou na carreira em perfeitas condições psicológicas.

– É injusto que após ter ingressado com pleno estado mental e ter sido submetido a novo exame antes do término do estágio probatório, esteja o servidor sujeito a demissão,

uma vez que os desvios apresentados serão em decorrência do serviço – justifica Jucá

O projeto original dispõe ainda que o ingresso na carreira policial ou de bombeiro seja precedido de exame psicológico realizado por junta médica. O parecer psicológico pode, pela proposta, acarretar desde a movimentação temporária do servidor para exercício em outro cargo, com acompanhamento psicológico, até mesmo a demissão por incompatibilidade com a atividade policial. A emenda de Jucá suprime a possibilidade de demissão.

## Emília defende espanhol já na quinta série

A Comissão de Educação analisará emenda da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) apresentada ontem em plenário ao projeto que torna obrigatório o ensino da língua espanhola nos estabelecimentos de ensino médio. Pelo projeto, o espanhol será gradativamente implantado nos currículos do ensino médio, num prazo de cinco anos, de acordo com as particularidades de cada região do Brasil. Pela emenda da senadora gaúcha, a língua espanhola seria ministrada já a partir da quinta série do ensino

fundamental.

Emília defende a proposta argumentando que o aluno mais jovem apresenta maior facilidade para o aprendizado de idiomas. Além disso, a senadora gaúcha acredita que a medida terá reflexos positivos nas relações do Brasil com seus vizinhos do Mercosul.

– Embora esteja comprovado o fortalecimento do Mercosul, o domínio de uma língua comum poderá contribuir para maior compreensão e amadurecimento das relações en-



Emília lembra que estudantes mais jovens têm mais facilidade para aprender

tre os países, com evidentes vantagens para todos – justificou a senadora.

## Alcides critica demissões em Alagoas

O senador Alcides Falcão (PMDB-AL) criticou ontem o Programa de Demissão Voluntária (PDV) aplicado pelo governo de Alagoas. Segundo o senador, milhares de servidores públicos municipais, estaduais e até mesmo federais que aderiram a esses programas estão, agora, desempregados e passando dificuldades, pois já gastaram as pequenas quantias que receberam a título de indenização e não têm como sustentar

suas famílias.

Ressaltando que sua maior preocupação, "e talvez do governo", é o desemprego, Alcides Falcão afirmou que os PDVs foram um mal. O senador relatou um fato ocorrido em Alagoas com uma servente da Saúde Pública que entrou no PDV após 14 anos de trabalho, acreditando que receberia R\$ 7 milhões de indenização.

– Aquela senhora queria dizer que iria receber R\$ 7 mil;

mas declarou que iria receber R\$ 7 milhões e, com aquela importância, pretendia comprar algumas casas para viver de renda, por intermédio dos alugueis. Vejam a noção que essa pequena funcionária tinha ou tem da nossa moeda. Pensava que iria receber uma fortuna incalculável, que daria para comprar, talvez, quatro ou cinco casas para alugar e viver dos alugueis – observou o senador.



### AGENDA

QUINTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 1998

#### PLENÁRIO

10h - Sessão não deliberativa

Previsão dos Trabalhos

#### PLENÁRIO

9.10.98 - Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

13.10.98 - Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno da \*PEC nº 15/98, altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal, que dispõe sobre o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal

14.10.98 - Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com

a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas

#### ESPECIAL

Terça-feira (13.10.98)

A Coordenação de Relações Públicas realizará uma programação especial em atenção ao dia das crianças, voltada especificamente para os filhos dos funcionários do Senado Federal

9h - Os pais devem deixar os filhos no Salão Negro, aos cuidados da equipe da CRP, que os conduzirá a uma visita ao Senado

10h - As crianças serão encaminhadas ao Auditório Petrônio Portella, onde será exibido o filme "O Menino Maluquinho 2 - A Aventura"

12h - Os pais deverão buscar as crianças no Auditório  
Quarta-feira (14.10.98)  
Cultura ao Meio-Dia  
Filme: "O Menino Maluquinho 2, de Fernando Meirelles e Fabrizia Alves Pinto  
Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# ACM diz que ajuste fiscal pode incluir imposto sobre grandes fortunas

Segundo o presidente do Senado, novo tributo poderia facilitar negociação com as oposições e permitir a aprovação do conjunto das reformas propostas pelo governo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, admitiu ontem a possibilidade de inclusão do imposto sobre grandes fortunas entre as medidas destinadas a enfrentar a crise econômica, se isto for necessário como parte de negociação para garantir o apoio da oposição ao restante das propostas.

O imposto sobre grandes fortunas é uma das alternativas que estariam sendo consideradas pelo governo, juntamente com o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o corte de despesas, com vistas ao equilíbrio das contas públicas e à geração de um superávit orçamentário que preserve o Plano Real e a estabilidade da moeda.

O senador não escondeu que

tem dúvidas quanto ao acerto de impor, de imediato, uma taxa especial para os mais ricos, mas aceita a matéria como ponto de negociação. "Esse assunto deveria ser examinado mais adiante, porque em alguns países onde foi adotado não deu certo. Mas se for uma reivindicação das oposições, indispensável para a aprovação de todo o conjunto de reformas e do ajuste fiscal, teremos que negociar", afirmou.

A taxa das grandes fortunas é um dispositivo inserido na Carta de 88 que até agora não foi implementado por falta de regulamentação.

Essa regulamentação viria na forma de um projeto de lei. A referência feita pelo senador Antonio Carlos Magalhães à oposição leva em conta manifestação

pública do PT, sugerindo exatamente o imposto sobre grandes fortunas como um dos instrumentos para permitir ao país superar seu déficit fiscal.

Antonio Carlos não confirmou o aumento da CPMF: "Ninguém tem certeza ainda, mas se for indispensável será feito".

Quanto à possibilidade de o PFL ficar com o novo ministério que irá coordenar a produção nacional, disse que o partido tem várias opções de nomes para o cargo, mas negou que exista dis-



ACM (na foto, ao lado de Fernando Bezerria) admite que alíquota da CPMF poderá aumentar

puta pela posição.

– O PFL não reivindica. O PFL é chamado a colaborar – sintetizou.

## CNI cobra reforma tributária imediata

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem apelo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para apoiar a apreciação, em regime de urgência, de uma proposta de reforma tributária. O senador Fernando Bezerria (PMDB-RN), na condição de presidente da entidade, liderou a com-

mitiva de empresários que entregou aos presidentes da Câmara e do Senado exemplares do documento *Reforma Tributária X*, que apresenta sugestões para sua realização.

Após o encontro, Bezerria disse que ACM reconheceu a necessidade de uma reforma tributária significativa, "que reduza o custo Brasil e permita estimular a economia e gerar empregos", mas fez questão de enfatizar que "a prioridade, no momento, é realizar o ajuste fiscal de que o país precisa".

## Dutra acusa a mídia e os grandes partidos de esfriar debate eleitoral

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) fez ontem um balanço positivo da participação das oposições nas eleições. Ele considerou satisfatória a atuação de seu partido, levando em conta "a poderosa aliança que se formou em torno da candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso". Dutra considerou despolitizada a campanha deste ano.

– Os grandes partidos, grande parte dos meios de comunicação e poderosos setores da economia se aliaram ao presidente e procuraram retirar toda a emoção da campanha e evitar o debate sobre as propostas dos candidatos – afirmou.

Dutra creditou à mídia uma parcela importante de culpa nesse fenômeno. Citou como exemplo a ausência de debates na campanha presidencial. O senador lembrou que, quando o pedetista Francisco Rossi deixou de comparecer ao debate com os demais candidatos ao governo de São Paulo, foi duramente condenado pelos promotores do debate, o jornal *Folha de S. Paulo* e a TV Cultura. Ele questiona o tratamento diferenciado dado à eleição presidencial.

– Por que os meios de comunicação não fizeram o mesmo em relação à Presidência da República? Porque o objetivo era tratar a eleição no Brasil como se ela se passasse no Afeganistão



Dutra: aliança pró-FHC procurou impedir discussão de propostas

– lamentou.

O tratamento dado à candidatura petista pela mídia também mereceu a reprovação do senador sergipano. Ele disse que a associação feita entre a candidatura de Lula e a queda das bolsas e a fuga de capitais mostrou-se incorreta. "Esses fatos não estão relacionados com a eleição, e sim com a política econômica implantada pelo governo", alertou.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) também fez críticas ao processo eleitoral deste ano, que ele considera prejudicado pelos abusos decorrentes do instituto da reeleição. Ele lembrou que a própria assessoria do presidente Fernando Henrique Cardoso teve dificuldades em determinar os

eventos a que ele compareceria. "Não se sabia se quem estava na tribuna era o presidente da República ou o candidato. Ele acabou comparecendo a tudo, nas duas qualidades", declarou o senador baiano.

José Eduardo Dutra se disse especialmente preocupado com a atuação dos institutos de pesquisa e com a forma como seus resultados são divulgados pela imprensa. Para ele, o país se encontra diante de um dilema. "Temos que definir o que é mais importante: o direito à informação sobre a performance dos candidatos ou o direito de escolher o seu candidato, baseado apenas em suas propostas", explica. José Eduardo Dutra defendeu a criação de uma "quarentena" para a publicação dos resultados das pesquisas:

– Com ou sem reforma política, o Congresso tem que se debruçar sobre isso. Sou a favor da fixação de uma data limite para a divulgação de pesquisas, mesmo que para isso seja preciso mudar a Constituição.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que os institutos de pesquisa agrediram a democracia em nome da liberdade. "Liberdade de mentir, distorcer, de fabricar imagens falsas e consciências enganadas", acusou o senador.

## Magistrados discutem a revisão de seus subsídios

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ainda o presidente da Associação de Magistrados Brasileiros, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. O dirigente da AMB disse que o propósito da conversa era "trocar idéias com o presidente do Senado em torno do projeto de lei que, nos termos da emenda da reforma administrativa, vai regular a revisão dos subsídios dos magistrados brasileiros".

De acordo com Ribeiro de Carvalho, a reforma administrativa estabeleceu que a remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal será o limite e o parâmetro para fixação dos subsídios dos magistrados. Segundo afirmou, um projeto de lei específico, de iniciativa conjunta "das quatro autoridades que representam os três Poderes, ou seja, os presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, é que fixará esses subsídios".



### Homenagem a Luís Eduardo

Ao participar ontem da inauguração do Centro de Informação e Documentação Ambiental Luís Eduardo Magalhães (CID), do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu a união de todas as correntes políticas, para a rápida superação dos problemas econômicos.

Ele disse que seu filho insistia tanto em aprovar logo as reformas por temer que o país fosse atingido pela crise.

A cerimônia foi realizada em conjunto com a abertura ao público do Espaço Cultural Sérgio Motta, do Ministério da Cultura. Estavam presentes à cerimônia os ministros Gustavo Krause (MMA) e Francisco Weffort (Cultura).

A viúva de Motta, dona Wilma, ressaltou os laços que uniam os dois homenageados. Krause afirmou que a participação do ex-deputado na aprovação de importantes leis ambientais tornou-o credor do reconhecimento dos ambientalistas.



Romeu Tuma retomou atividades após sofrer cirurgia

## Tuma é saudado por senadores

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) retomou suas atividades no Senado e foi saudado pelos demais senadores durante reunião realizada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tuma retorna ao Senado depois de restabelecer-se de uma cirurgia para colocação de quatro pontes de safena, feita no dia 19 de junho, em São Paulo, após ter sofrido um enfarte.

Depois de cumprimentar os senadores, funcionários e assessores que estavam na comissão, Tuma agradeceu o apoio recebido dos senadores durante seu afastamento. O presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), cumprimentou Tuma pelo seu retorno ao Senado e à CCJ e afirmou que sua presença "era quase um milagre, devido à intervenção cirúrgica crítica que sofreu".

O vice-presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que Tuma está plenamente restabelecido e pronto para retomar os trabalhos na CCJ e no Senado. Cabral e Tebet elogiaram a atuação do senador, observando que Tuma tem prestado grandes serviços ao Legislativo.

# CCJ define regras para concessão de serviços de saneamento básico

Apresentado pelo senador licenciado José Serra, atual ministro da Saúde, o projeto será agora apreciado pelo plenário a pedido do senador Josaphat Marinho, relator da matéria

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei do Senado que estabelece diretrizes para a atuação da União, estados, municípios e Distrito Federal na execução de serviços públicos de saneamento. O projeto era terminativo na comissão, mas Cabral acolheu pedido do relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), para que ele seja apreciado pelo plenário.

De autoria do senador José Serra (PSDB-SP), atual ministro da Saúde, o projeto estabelece que os serviços de saneamento nos municípios e no Distrito Federal serão feitos ou dirigidos pelos respectivos governos quando estiverem dentro de sua área geográfica. Já os estados deverão executar os serviços de saneamento quando estes forem feitos em dois ou mais municípios que integrem regiões metropolitanas.



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania enviará o texto ao plenário

Caberá à União coordenar e acompanhar a política de saneamento em todo o país, estabelecer parâmetros mínimos para a qualidade da água destinada ao consumo humano e fixar critérios para a aplicação de recursos públicos nesse setor.

José Serra argumenta, na justificativa da matéria, que o projeto permite que as ações de saneamento básico, feitas pelas diversas esferas do gover-

no, sejam exercidas com mais eficiência. Ele observou que, atualmente, "a falta de melhor disciplina quanto ao estabelecimento de diretrizes para o exercício do poder concedente causa uma grande dispersão de esforços". O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o projeto pode ser uma solução para o país, num momento em que deverá haver contenção de despesas.

Lei complementar estadual deverá

definir, de acordo com a proposta, os serviços públicos de saneamento básico de interesse comum e a forma de cooperação entre estado e município para o planejamento, a organização e a prestação desses serviços nas regiões metropolitanas.

O projeto dispõe também sobre normas para publicação de editais de licitação e contratos para a concessão dos serviços de saneamento, concorrência e proteção ao consumidor, bem como as penalidades previstas para casos de infração.

Os estados, municípios e Distrito Federal deverão ainda definir em lei as regras para a prestação de serviços de saneamento básico, parâmetros de atendimento mínimo para a população e cobrança de serviços prestados. Deverá ser criada uma agência reguladora específica para controlar e fiscalizar a atuação dos prestadores de serviços.

## Parecer disciplina exercício da presidência do Congresso

Parecer lido na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) conclui que, na hipótese de o presidente do Senado vir a assumir a Presidência da República ou pedir licença, o primeiro vice-presidente da Casa deve assumir a presidência do Congresso. O parecer, que será votado na próxima reunião da CCJ, foi elaborado pelo então se-

nador Francisco Benjamin (PFL-BA), e lido pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), em resposta a consulta dirigida à comissão pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Conforme o parecer, caso o presidente do Senado deixe de comparecer ou tenha outros "impedimentos habituais", a vaga deve ser preenchida pelo primeiro vice-presidente da

Câmara. "Na hipótese de faltas ou impedimentos habituais do presidente do Senado Federal, mantém-se a harmonia com a interpretação já estabelecida para o impedimento do presidente da República, dando-se a substituição pelo primeiro vice-presidente da Câmara, que, em situação idêntica, será substituído pelo segundo vice-presidente do Senado", relatou Benjamin.

O Regimento Comum do Congresso, segundo a consulta, é omissivo com relação ao assunto. A interpretação foi possível dada a formação da presidência da Mesa do Congresso, que, segundo o Regimento, será exercida na seguinte ordem: pelo presidente do Senado, pelo primeiro vice-presidente da Câmara e, finalmente, pelo segundo vice-presidente do Senado.

## CEI quer estreitar relações comerciais com o Mercosul

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, recebeu ontem, em seu gabinete, Vladimir Novitsky, presidente do Comitê Econômico Interestadual da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), antiga União Soviética, com o objetivo de trocarem idéias sobre a possibilidade de reforçar as relações entre o Mercosul e aquele bloco econômico.

Lúdio Coelho afirmou que o bloco latino tem todo o interesse em estreitar relações econômicas com a Comunidade dos Estados Independentes. Ao lembrar que a América Latina e a CEI estão vivendo dificuldades comuns, ele antevê que, com a abertura da economia, o relacionamento comercial com

o bloco da ex-União Soviética naturalmente tende a crescer.

Os membros da delegação que acompanha Vladimir Novitsky explicaram o funcionamento de toda a estrutura do Comitê Econômico Interestadual e pediram esclarecimentos so-

bre a atuação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e seu poder decisório. Lúdio Coelho explicou a função recomendatória da comissão e mostrou interesse em estreitar relações com a Assembléia Par-

lamentar dos países que compõem a CEI. Vladimir Novitsky disse que este também é o interesse daquela assembléia, que reúne hoje representantes de nove países.

O Comitê Econômico Interestadual da CEI foi formado em 1994,

depois da assinatura do Tratado de União Econômica em 1993, pelos países da antiga União Soviética. Engloba 12 países, como Rússia, Azerbaijão, Armênia, Geórgia, Kazaquistão, Ucrânia, Uzbequistão, Tajiquistão e Moldávia, entre outros. Envolve 542 milhões de hectares de áreas próprias para agricultura ou 11% da área cultivada do planeta.

A delegação, integrada por Alexander Smirnov, representante da Rússia; Anvar Makhmudov, do Uzbequistão, e Chukhrat Sultanov, do Tajiquistão, trouxe um especialista a fim de incentivar o desenvolvimento de relações que sejam mutuamente vantajosas entre os blocos.



O senador Lúdio Coelho recebeu missão oficial da Comunidade de Estados Independentes

## Rádio Senado FM presta homenagem às crianças

O programa *Autores e Livros*, da Rádio Senado FM, presta homenagem às crianças e aos 50 anos do escritor Monteiro Lobato, recebendo em estúdio a própria Emília, marquesa de Rabicó. Na voz da atriz Adriana Nunes, a boneca vai dizer como foi criada por seu "pai", falar de filosofia, natureza e dizer o que faria se fosse eleita presidente da República. O programa vai ao ar no sábado, às 10h30, e a apresentação é da escritora Margarida Patriota.

A entrevista com Emília é uma boa oportunidade para os pais apresentarem a seus filhos a divertida personagem. O diálogo come-

ça com a boneca dizendo que, apesar da idade avançada, está "em forma, com macela firme e pano esticado".

Emília explica que "nasceu muda", mas começou a falar quando o doutor Caramujo a fez "engolir uma pílula falante que consertou esse defeito de nascença". Diz, ainda, que evoluiu tanto sua capacidade de falar que virou criadora, "inventadeira" de palavras, como "crocotó, cavalência e pantasma".

Os interessados podem ouvir a Rádio Senado FM também pela internet, através do [site](http://site.senado.gov.br) [senado.gov.br](http://site.senado.gov.br), no *link* *Notícias do Senado*.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h - Saúde Todo Dia - Atividade: Yoga.  
6h30 - Especial/UNIP - Assunto: Crenças Populares - 2ª parte  
7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Karatê  
7h30 - Especial Unip - Assunto: Estrabismo - 2ª parte  
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Yoga  
8h30 - Especial/UNIP - Assunto: Crenças Populares - 2ª parte  
9h - Cores do Brasil - Em destaque, o estado do Amazonas  
9h30 - Entrevista - O prefeito de Passo Fundo (RS), Júlio César Teixeira, fala do projeto "Sonhar é Preciso - Brasil 500 anos"  
10h - Sessão plenária (ao vivo) - Não deliberativa  
12h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Ouro Preto (MG)  
12h30 - Entrevista - O prefeito de Passo Fundo (RS), Júlio César Teixeira, fala do projeto "Sonhar é Preciso - Brasil 500 anos"  
13h - Cores do Brasil - Em destaque, o Pelourinho (BA)  
13h30 - Debate - O embaixador da Alemanha no Brasil, Claus Duisberg, e o professor de Ciências Políticas da UnB, David Fleischer, falam das perspectivas da Alemanha após a mudança de governo e as semelhanças políticas e econômicas de Brasil e Alemanha  
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)  
18h30 - Entrevista - O prefeito de Passo Fundo (RS), Júlio

César Teixeira, fala do projeto "Sonhar é Preciso - Brasil 500 anos"  
19:30 - Debate - As perspectivas da Alemanha após a mudança de governo e as semelhanças políticas e econômicas de Brasil e Alemanha  
20h - Congresso Hoje  
20h45 - Senado em Pauta  
21h - Espaço Cultural - Apresentação do Balé Kirov  
23h - Sessão plenária (reapresentação)  
0h - Entrevista - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista a colonista do Jornal do Brasil, Dora Kramer, sobre perspectivas políticas

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
8h10 - Música e informação  
10h - Sessão plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Reprise sessão plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte / Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul / Sudeste"  
Em seguida - Música e informação

## Cabral alerta para despejo de mercúrio nos rios da Amazônia

A contaminação decorrente do garimpo de ouro exige, segundo o senador, uma ação decidida do Estado, em todas as suas instâncias

A contaminação dos rios amazônicos pela descarga do mercúrio utilizado na mineração de ouro exige, segundo o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), uma ação decidida do Estado, em suas várias instâncias; é preciso, conforme Cabral, reeducar a população garimpeira e prepará-la para adotar tecnologias limpas e desenvolver processos despoluidores adequados ao ecossistema da região.

Outras medidas sugeridas pelo senador, em discurso feito ontem, foram a eliminação dos bolsões de poluição espalhados pela Amazônia e, enquanto os níveis de contaminação não se tornarem aceitáveis para a vida humana e animal, a criação de peixes em viveiros suspensos, sem contato com

os sedimentos depositados no fundo dos rios e lagos.

Para a correção dos erros cometidos com a mineração e a criação de tecnologias adequadas, o senador disse esperar "que a elite intelectual lhes dê o competente encaminhamento de solução". Destacou que, a cada quilo de ouro extraído na região, é utilizada a mesma quantidade de mercúrio, do qual 40 a 45% são despejados nos rios, "numa poluição que não é transitória nem autocorrigível, mas ativa e de difícil eliminação sem a ação decisiva do homem no seu combate".

Conforme dados de 1995 citados pelo senador, a exploração do ouro na Amazônia des-



Cabral sugeriu medidas e cobrou ações efetivas para enfrentar a poluição

peja 120 toneladas anuais de mercúrio, que, depositado nos rios e lagos, é absorvido pelos peixes consumidos pelas populações ribeirinhas.

## Miranda pede incentivo às hidrovias

Miranda cita Tietê-Paraná como exemplo



O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) defendeu o melhor aproveitamento do potencial de recursos hídricos de que o Brasil dispõe. Ele acredita que o incentivo ao transporte fluvial estimula vários outros setores da economia, como a agricultura, a indústria, o comércio e o turismo.

— É importante planejar a conjugação do transporte fluvial com os outros sistemas viários, assim como a integração das diversas ati-

vidades econômicas que se beneficiam das facilidades de transporte — opinou Gilberto Miranda.

A crescente utilização da hidrovia Tietê-Paraná foi citada pelo senador como exemplo dos benefícios que pode trazer o incentivo ao transporte fluvial. Ele informou que os resultados econômicos da hidrovia já podem ser percebidos

desde o início desta década.

O custo de transporte de uma tonelada de carga pela hidrovia, segundo Gilberto Miranda, pode ser estimado, em média, em US\$ 10, enquanto o transporte dessa mesma quantidade por ferrovia sai a US\$ 30, e por rodovia a US\$ 40, pois a diminuição dos gastos com combustível implica na redução dos preços.

Miranda também relacionou, entre as vantagens trazidas pela implantação da hidrovia Tietê-Paraná, maior facilidade para o escoamento da produção agrícola da região, que envolve municípios dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás e Minas Gerais.

## João Rocha elogia Comunidade Solidária

O senador João Rocha (PFL-TO) destacou a atuação do Conselho da Comunidade Solidária como instrumento de combate à pobreza e à exclusão social. Concebido pelo governo Fernando Henrique Cardoso há três anos e meio, o conselho, segundo o senador, constitui uma conquista da sociedade civil, que, em parceria com a União, vem desenvolvendo iniciativas e espaços para a construção de um país mais justo.

Segundo João Rocha, toda a atuação do Conselho da Comunidade Solidária tem como objetivo articular e fortalecer a ação da sociedade civil, sem substituir a ação do

governo na área social. "O conselho, mediante recursos captados junto a empresas, fundações e agências internacionais de desenvolvimento, trabalha diagnostican-



Para João Rocha, o Conselho da Comunidade Solidária é uma conquista da sociedade

do problemas e identificando oportunidades de ação", disse.

João Rocha lembrou que, para isso, o conselho atua em três frentes diferenciadas de trabalho, que são a concepção e viabilização de programas inovadores de desenvolvimento social, as ações de fortalecimento da sociedade civil e a promoção da interlocução política. Nessa linha de trabalho, explicou, empenha-se em enfrentar questões diagnosticadas pela própria sociedade e na experimentação de modelos inovadores de trabalho que acabam conduzindo a formas mais eficazes de resolver problemas sociais.

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



# A INFORMAÇÃO DIRETA, SEM ESCALAS

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília. Seu objetivo é encurtar a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma

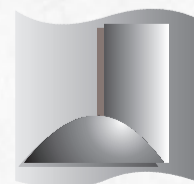
visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perde no espaço.

**EMBARQUE NOS ACONTECIMENTOS COM SEGURANÇA. LEIA O JORNAL DO SENADO**

SUA OPINIÃO VIRA NOTÍCIA. ESCREVA PARA O JORNAL DO SENADO.

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70.165-920  
e-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

NOSSOS AGRADECIMENTOS A: LIDER TAXI AÉREO - TAM - TRANSBRASIL - VARIG - VASP



# Artur da Távola quer transformar 23 de abril em Dia Nacional do Choro

Com a data, o senador pretende homenagear nascimento de Pixinguinha e “um dos mais inspirados” gêneros musicais brasileiros, que tem sido valorizado pelos instrumentistas

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) apresentou, em plenário, projeto instituindo o “Dia Nacional do Choro”, em 23 de abril, em homenagem ao nascimento de



Projeto de Távola irá à Comissão de Educação

Pixinguinha. Ao justificar a homenagem, o senador lembrou que o compositor, arranjador, flautista e saxofonista Alfredo da Rocha Viana Júnior foi quem, por volta de 1910, conferiu ao chorinho os seus contornos definitivos. A ma-

téria será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE).

— Sem nunca ter deixado de ser um dos mais inspirados momentos da nossa música, o chorinho, especialmente de uns tempos para cá, tem sido objeto de grande valorização por parte tanto dos maiores instrumentistas do país quanto das rodas de choro que se multiplicam nas noitadas e nas casas de espetáculo — observa o senador.

Há muitos anos Artur da Távola se dedica à crítica, produção e apresentação de pro-

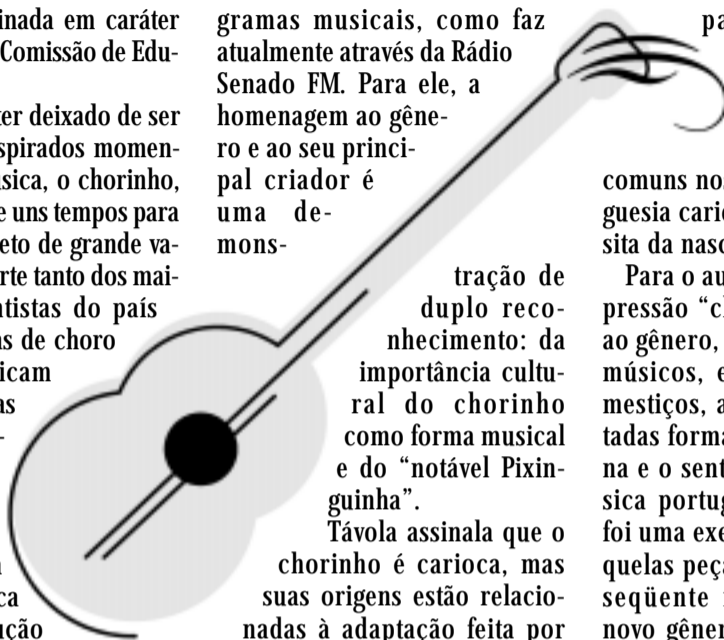
gramas musicais, como faz atualmente através da Rádio Senado FM. Para ele, a homenagem ao gênero e ao seu principal criador é uma demons-

tração de duplo reconhecimento: da importância cultural do chorinho como forma musical e do “notável Pixinguinha”.

Távola assinala que o chorinho é carioca, mas suas origens estão relacionadas à adaptação feita por músicos populares do século

passado de polcas, mazurcas e schottische, que eram gêneros musicais então muito comuns nos salões da alta burguesia carioca e nas salas de visita da nascente classe média.

Para o autor do projeto, a expressão “choro”, que dá nome ao gênero, se deve ao fato de os músicos, em geral negros ou mestiços, acrescentarem às citadas formas a cadência africana e o sentimentalismo da música portuguesa. “O resultado foi uma execução ‘chorosa’ daquelas peças musicais e o conseqüente nascimento de um novo gênero”, diz o senador e pesquisador de MPB.



Maldaner: “soma de esforços entre governo e sociedade”

## Maldaner destaca crescimento catarinense

“Apesar das adversidades, estamos crescendo”, disse ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao analisar o desenvolvimento do seu estado nos últimos anos. Ele informou que Santa Catarina tem a melhor distribuição de renda do país e foi apontada pela ONU como um dos melhores estados brasileiros em termos de qualidade de vida.

Apontando o incremento das exportações como uma das soluções para a crise econômica enfrentada pelo Brasil, o parlamentar afirmou que Santa Catarina tem muito a ensinar sobre isso. “Seu parque industrial, moderno e variado, dotado de alta qualidade, vem contribuindo efetivamente para que o Brasil recupere o terreno perdido”, disse o senador. Ele elogiou a capacidade criadora da indústria e dos trabalhadores catarinenses.

Maldaner listou grupos empresariais que se destacaram e contribuíram para colocar Santa Catarina em quinto lugar entre os estados brasileiros que mais vendem no exterior. Disse que, para alcançar essa posição, foi preciso que essas indústrias tivessem um padrão de qualidade internacionalmente aceito. “Não exportaríamos tanto se a qualidade dos nossos produtos não fosse semelhante, ou superior, à registrada nos nossos principais mercados consumidores”, argumentou.

Ele informou que, em agosto deste ano, Santa Catarina possuía 102 certificados emitidos segundo as normas ISO (International Organization for Standardization), o que lhe confere o sétimo lugar no ranking nacional. E observou: “Isso não é gratuito. É o resultado da soma de esforços entre governo e sociedade, objetivando engrandecer sempre o estado nos cenários nacional e internacional”.

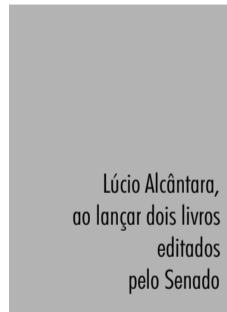
## Senado participa com sucesso de feira de livro

O Senado encerrou ontem sua participação na III Feira Brasileira do Livro de Fortaleza. Milhares de pessoas visitaram o estande do Senado durante os sete dias de duração do evento. Cerca de 400 obras e mais de 200 disquetes da Constituição e do Código de Trânsito foram vendidos, o que confirma a previsão feita pelo senador cearense Lúcio Alcântara (PSDB-CE) de que as publicações do Senado despertariam grande interesse na população do estado.

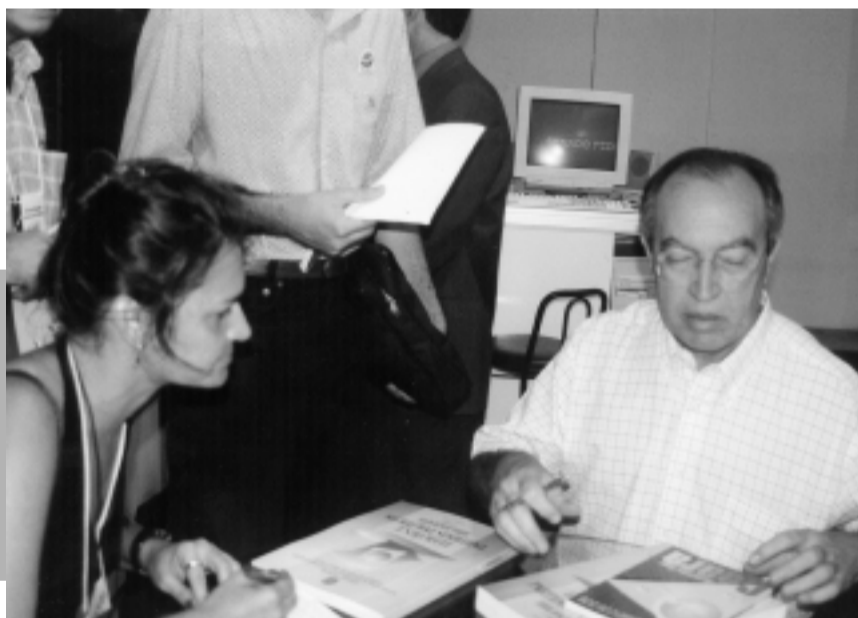
Uma das pessoas que visitaram o estande do Senado foi a professora e advogada Zélia Sá Camurça, Ph.D em Educação e Antropologia pela Universidade da Pensilvânia. Depois de comprar 17 livros e dois disquetes, Zélia sustentou que “a presença do Senado na feira é fundamental para a maior divulgação do sistema político do país e dos direitos do cidadão”.

Como acontece em outras feiras de livro, a Constituição foi a recordista de vendas no estande do Senado. Ela já traz a emenda da reforma administrativa, a última aprovada pelo Congresso.

Quem tem interesse nas publicações do Senado pode obter mais informações pelos telefones (061) 311.3576 ou (061) 311.3579.



Lúcio Alcântara, ao lançar dois livros editados pelo Senado



## Evento incluiu lançamento de obras

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lançou na III Feira do Livro de Fortaleza duas obras publicadas pela editora do Senado: *Dados Biográficos dos Senadores do Ceará*, com biografias de todos os senadores do estado desde o Império, e *Eleições e Partidos Políticos*, um conjunto de referências bibliográficas sobre os temas.

O ato de lançamento atraiu centenas de pessoas, que fizeram fila para receber as obras, que foram

apresentadas e autografadas pelo senador.

Na ocasião, Lúcio Alcântara também fez a entrega da Constituição em braile à presidente da Sociedade de Assistência aos Cegos do Ceará, Josélia Almeida.

Josélia destacou a importância da obra para que os deficientes visuais conheçam seus direitos e deveres e, dessa forma, possam exercer plenamente sua cidadania.

Alcântara tem sido no Senado um

dos parlamentares mais empenhados na defesa de medidas de apoio à educação e à indústria editorial que permitam difundir o hábito da leitura entre os brasileiros.

A abertura da feira, no dia 1º de outubro, contou com a presença da escritora cearense Rachel de Queiroz, patrona do evento.

A feira foi montada no Centro de Convenções Edson Queiroz, na capital cearense.

# Senado apreciou 322 matérias em 1998

Balço indica que 264 propostas, entre as submetidas a votação, foram aprovadas pelos parlamentares no período de janeiro até agora

O Senado já apreciou neste ano, desde 6 de janeiro, um total de 322 matérias, tendo aprovado 264. Entre as matérias aprovadas está a lei que considera crime hediondo a falsificação ou adulteração de medicamentos. Amplamente divulgado pela imprensa, o tema mobilizou os parlamentares para aprovar a nova lei em regime de urgência, o que ocorreu em agosto.

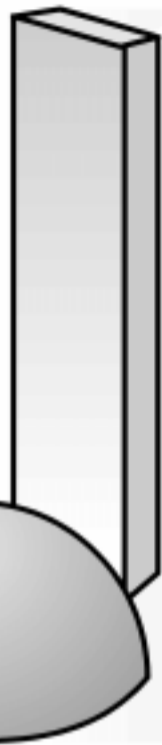
Cinco emendas constitucionais, que exigem *quorum* de três quintos para aprovação – o equivalente a 54 senadores –, também estão entre as matérias aprovadas de janeiro até agora. A reforma administrativa,

já promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, é uma delas e está em vigor, faltando apenas sua regulamentação. Com tramitação rápida pelo Senado, a reforma – uma das prioridades do governo – acabou com a estabilidade no serviço público e modernizou a máquina administrativa.

Os senadores aprovaram ainda a emenda constitucional que alterou o Estatuto dos Militares, já em vigor. As outras três emendas constitucionais aprovadas aguardam apreciação da Câmara dos Deputados: instituição do serviço civil obrigatório, inclusão do acesso à moradia entre os direitos fundamentais do cidadão e restrições à amplitude da imunidade parlamentar.

Assuntos de grande repercussão nacional mereceram a aprovação de propostas pelo Legislativo, como a regulamentação dos planos de saúde e a Lei Pelé, que definiu as relações de trabalho dos jogadores de futebol. Na área econômica, a matéria mais importante, aprovada por unanimidade no plenário do Senado, foi a resolução que criou regras mais rígidas sobre o endividamento dos estados, municípios e Distrito Federal, que não poderão lançar novos títulos no mercado financeiro até 31 de dezembro de 2010.

Na área jurídica, o Senado aprovou matéria importante,



## Balço

- De janeiro a outubro, o Senado votou 322 matérias e aprovou 264
- Cinco emendas constitucionais estão entre as propostas aprovadas

## Principais matérias:

- Lei que eleva penas para falsificadores de remédios
- Reforma administrativa
- Regras rígidas para endividamento de estados e municípios

instituindo garantias de segurança, mudança de domicílio e assistência social para as testemunhas e vítimas de crimes, com o objetivo de estimular a cooperação no combate ao crime organizado. Também foi aprovada alteração no Código Penal, instituindo penalidades alternativas à prisão. Visando tornar a Justiça mais ágil, foi aprovada medida que prevê multa para quem atrasar deliberadamente os processos judiciais.

Medidas moralizadoras foram votadas pelos senadores, entre elas as leis punindo o crime de lavagem de dinheiro e ampliando as possibilidades de quebra do sigilo bancário, para facilitar investigações sobre corrupção e crime organizado.



Júlio Campos pretende alterar a CLT em dois artigos

## Novas regras para dispensa por justa causa

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei para disciplinar a dispensa de empregados por justa causa, em função de abandono de emprego. A mudança proposta pelo parlamentar no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece a obrigação de o patrão notificar duas vezes o funcionário, via correio, para que retorne ao trabalho.

Com a notificação, lembra o senador, evita-se "a fraude da resolução do contrato individual". De outro lado, a mudança quer corrigir a jurisprudência que inibe a possibilidade de o empregado acumular dois empregos, ainda que havendo compatibilidade de horários. "Essa parte da inovação é importante – destaca – porque muitos trabalhadores, para complementar seu orçamento, necessitam de um trabalho suplementar, o que acaba sendo feito na informalidade, para se evitar a dispensa por justa causa." Relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) já se manifestou favorável à aprovação da proposta. A decisão da comissão do Senado terá caráter terminativo. Se o projeto for aprovado e não receber recurso para ser submetido ao plenário da Casa, a matéria seguirá para apreciação pela Câmara. Depois de registrar que o projeto não recebeu emendas, Quintanilha opinou por sua aprovação "na forma de sua redação original".

## CONTRATO TEMPORÁRIO

### Emprego foi a preocupação dominante

A criação do contrato temporário de trabalho foi outra matéria importante aprovada na Casa, objetivando diminuir os índices de desemprego. Para expandir o mercado de trabalho, foi aprovado ainda o programa de estímulo ao primeiro emprego, para jovens de 14 a 18 anos.

Também foram aprovadas medidas de estímulo ao Proálcool, manutenção da obrigatoriedade do psicotécnico nos exames de motorista e garantia de exploração dos direitos autorais pelos próprios artistas, além do estabelecimento de normas para o funcionamento das rádios comunitárias.

Na área educacional, o Senado aprovou a inclusão do ensino de espanhol no currículo do segundo grau, tendo em vista uma maior integração do Brasil com os demais países que integram o Mercosul. Foi aprovada a anistia para o pagamento de multas impostas aos sindicatos de petroleiros, em razão de greve da categoria, e concedida gratificação aos professores universitários.

#### PSICOTÉCNICO

A exigência de avaliação psicológica periódica para policiais e a regulamentação das atividades dos profissionais de educação física também foram matérias de destaque. Para os deficientes visuais, foi aprovada a identificação tátil das cédulas de dinheiro. E o maestro e compositor Antônio Carlos Jobim foi homenageado com a inclusão de seu nome no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

A programação monetária do governo para o terceiro trimestre do ano foi outro item aprova-

do pelo Senado, bem como as alterações na carreira de apoio técnico-administrativo do Ministério Público da União e a criação de 17 juntas de conciliação e julgamento no estado de São Paulo.

Em 1997, o Senado acelerou os trabalhos e aprovou 379 matérias em 240 sessões realizadas. O total de matérias apreciadas no ano passado foi de 483. E, pela primeira vez nos últimos anos, o Orçamento da União de 1998 foi aprovado pelo Congresso dentro do prazo, que é 15 de dezembro.



Estímulo ao Proálcool foi uma das matérias apreciadas pelo plenário neste ano